



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
Contratação Direta Nº 003.2026DL-03
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00003.20251219/0001-64

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)
SEC. DE PLANEJ. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
E

O(A) SEC. DE PLANEJ. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) MARIA CÉLIA FRANCO DO NASCIMENTO MADEIRO, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CPF/CNPJ, sediado(a) no(a), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito no CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 00003.20251219/0001-64 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Contratação Direta nº 003.2026DL-03, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é CONTRATAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE FOLHA DE PAGAMENTO, EM AMBIENTE WEB, DESTINADO À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO, CONTEMPLANDO O CADASTRO E CONTROLE FUNCIONAL DE SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO, PROCESSAMENTO E CÁLCULO DA FOLHA DE PAGAMENTO, GERAÇÃO DE FOLHAS ESPECIAIS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, INTEGRAÇÃO TOTAL COM O E-SOCIAL, SIM/TCE, SISTEMAS BANCÁRIOS, CONTROLE DE CONSIGNAÇÕES, PONTO ELETRÔNICO, EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS E LEGAIS, MÓDULO DE BUSINESS INTELLIGENCE (BI), CONTROLE DE ACESSO POR PERFIL DE USUÁRIO, INTEGRAÇÃO VIA API COM OUTROS SISTEMAS CORPORATIVOS, BEM COMO MECANISMOS DE SEGURANÇA E BACKUP AUTOMÁTICO E MANUAL, VISANDO GARANTIR EFICIÊNCIA, CONFORMIDADE LEGAL, TRANSPARÊNCIA E APOIO À TOMADA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Contratação Direta, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO	12.0	Mês		

* Oferecer integração de todas as etapas do e-Social, atendendo todas as obrigações acessórias e emissão de relatórios comparativos; * Permitir a elaboração do arquivo mensal de servidores para o Sistema S.I.M do TCE; * Permitir cadastro dos





servidores municipais com uso de imagens digitais, integrado com o sistema e-Social; * Permitir cálculo das folhas de pagamento: mensal, adiantamento de 13º e folha de 13º salário (parcela final); * Permitir cálculo de folhas especiais (abonos, diferenças individuais e por grupos de servidores); * Permitir o comparativo de folhas de pagamento de competências diferentes; * Permitir elaboração automática do abono FUNDEB (média anual e salário atual); * Permitir emissão de guias de pagamentos como GEFIP e RAIS; * Permitir a elaboração de relatórios especiais para controle da previdência municipal, acompanhamento do plano de cargos e carreiras ou ainda elaborados pelo próprio usuário; * Possuir módulo especial de controle do setor de pessoal (pedidos e atendimentos dos servidores); * Permitir integração com sistemas de controle de ponto digital, com leitura e lançamentos automáticos; * Permitir a geração de arquivos bancários digitais com informações financeiras para pagamento da folha, contemplando bancos públicos e privados; * Permitir a consignação com as redes bancárias e o controle do percentual permitido pelo município; * Oferecer módulo especial de acompanhamento do histórico funcional: férias, licenças, suspensões e eventos criados pelo usuário; * Oferecer recurso especial para registro de todas as alterações realizadas com o servidor: função, cargo, nível salarial, distrito, secretaria, setor, carga horária e outros; * Permitir o envio dos prestadores de serviço integrado ao e-Social; * Oferecer módulo de BI (Business Intelligence) que permita a exploração do banco de dados na elaboração de consultas dinâmicas, geração de relatórios, gráficos e exportação de dados para diversos formatos como CSV, Excel e outros; * Permitir integração ao sistema de recursos humanos por meio de API; * Permitir backup de forma manual ou automática; * Possuir módulo de segurança com controle de nível de acesso por usuário, com personalização individual ou por perfil de acesso.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....), conforme abaixo especificado:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Sec. de Planej. Administração e Finanças, na classificação abaixo: 0301.04.122.0401.2.004 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 003.2026DL-03.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Contratação Direta nº

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Contratação Direta nº 003.2026DL-03.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO





12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstas no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sitio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Monsenhor Tabosa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.





PREFEITURA DE
**MONSENHOR
TABOSA**



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

MONSENHOR TABOSA/CE, de..... de 20.....

SEC. DE PLANEJ. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CNPJ/MF Nº 07.693.989/0001-05
MARIA CÉLIA FRANCO DO NASCIMENTO MADEIRO
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTRATADO
CPF/CNPJ Nº XXXXXXXXXX
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

